

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO NOTURNO

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

AÍDCE SIQUEIRA SUEIRO
DALVA DE CARVALHO GAVA
FRANCES BORGES MARQUES ZANANDRÉA
JUVENILDA SILVA RIBEIRO
LILIAN ROSE ALVES CORREIA
LUCIA CANDIDA RISSO OLIVEIRA
MARCO ANTONIO MARINS
PAULO ALFREDO JASPER
REGINA CÉLIA CEZANA
REJANE GOLLNER
ROSANY OLIVEIRA SILVA
SUELY CELESTINO
WAGNER CARDOZO

ASSESSORIA

BIANCA AMARO TAVARES

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO NOTURNO

PRINCÍPIOS E FUNÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL NOTURNO

Segundo o censo escolar 2001, o Brasil registrava 8.4 milhões de matrículas no ensino fundamental regular de pessoas com 15 anos ou mais. Dados como esse indicam que, embora tenha havido progressos na questão da educação dada aos jovens e adultos¹ no Brasil, ainda persiste uma herança econômica e cultural que produziu uma enorme dívida social. Temos um grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não o concluíram.

Os dados mostram também que a educação oferecida a pessoas jovens e adultos, tanto nos diferentes discursos de formação de professores, quanto nas práticas educativas desenvolvidas nessa modalidade de ensino, ainda é concebida como uma área que necessita de atenção especial.

A educação de jovens e adultos, na contemporaneidade, adquire um novo sentido. A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDB 9394/96), apesar de algumas falhas e lacunas deixadas, representaram algumas conquistas legais para o campo da educação. O Estado passou a ter o dever de garantir a educação para todos aqueles que a ela não tiveram acesso, independentemente da faixa etária. Isso contribuiu para consolidar iniciativas no campo da educação de jovens e adultos e para reforçar a necessidade de que ela seja assumida como dever do Estado.

Do ponto de vista conceitual, apesar de algumas limitações, os artigos 37 e 38 da LDB 9394/96 dão a educação de jovens e adultos uma dignidade própria, mais ampla, e elimina uma visão de exterioridade com relação ao assinalado como regular. O art. 4º VII da LDB 9394/96 é claro:

O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

....

oferta de educação regular para jovens e adultos (sic), com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

Assinale-se, então, que, desde que passou a fazer parte constitutiva da Lei de Diretrizes e Bases a educação de jovens e adultos se tornou modalidade da educação básica e é reconhecida como direito público subjetivo na etapa do ensino fundamental. O Sistema Municipal de Ensino de Vitória, atualmente vem oferecendo o Ensino Fundamental Regular Noturno a jovens e adultos em dezoito Emef's, nas quais a oferta se distribui sob a forma seqüencial semestral em dezesseis delas e, nas outras duas, em sistema anual.

Matrícula no ensino regular fundamental noturno:1995 a 2002

ANO	MATRÍCULA ANUAL
1995	9.408
1996	9.913
1997	10.650
1998	12.990
1999	13.340
2000	11.508
2001	10.541
2002	10.423
TOTAL	88.773

Fonte: Seme/NPS- Síntese Anual do Movimento de Alunos

¹ A expressão “jovens e adultos” está no texto da LDB 9394/95 e será adotada no corpo deste documento, embora o termo “jovens” refere-se a “menores”.

Matrícula inicial nas escolas de ensino fundamental noturno / 2004²

UNIDADE ESCOLAR	MATRÍCULA INICIAL POR SÉRIE – NOTURNO - 2004								TOTAL NOTURNO
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	
Adevalni S.Azevedo	5	8	8	13	18	28	65	45	190
Álvaro de Castro Mattos	12	4	16	7	38	29	31	41	178
Alvimar Silva	23	19	21	24	49	50	79	76	341
Aristóbulo Barbosa Leão	16	28	33	21	70	69	74	77	388
Arthur da Costa Silva	7	4	12	7	24	21	47	27	149
Castelo Branco	9	11	19	11	34	40	48	42	214
Ceciliano A Almeida	16	11	15	26	72	80	90	76	386
Edna de Mattos S. Gaudio	9	12	14	9	22	23	28	27	144
Francisco Lacerda de Aguiar	43	19	24	17	65	72	91	89	420
José Lemos de Miranda	0	0	10	16	39	45	42	56	208
Juscelino K.de Oliveira	12	12	13	22	29	34	41	51	214
Maria Stela de Novaes	20	4	17	8	30	43	43	41	206
Mauro Braga	11	13	6	9	35	42	52	50	218
Neusa Nunes Gonçalves	34	29	35	34	72	53	77	73	407
Padre Anchieta	16	7	11	19	65	42	77	94	331
Prezideu Amorim	24	5	17	12	38	42	49	75	262
Suzete Cuendet	18	11	17	14	35	61	71	64	291
Vercenílio da Silva Pascoal	17	2	10	6	36	36	39	59	205
TOTAL GERAL	292	199	298	275	771	810	1044	1063	4752

FONTE: Seme/NPS/CENSO ESCOLAR-2004

Durante os anos de 1996 e 1997, houve um intenso movimento de educação de jovens e adultos no Brasil, que, segundo Soares (2001), muita gente desconhece. Ocorreu a V Conferência Internacional de Educação de Adultos, em Hamburgo, Alemanha em que houve uma agenda de preparação com a participação de vários segmentos envolvidos com a educação de jovens e adultos, sendo traçados os seguintes princípios para a educação de jovens e adultos:

- ? Inserção num modelo educacional inovador e de qualidade, orientado para a formação de cidadãos democráticos, sujeitos de sua ação, valendo-se de educadores que tenham formação permanente para respaldar a qualidade de sua atuação;

- ? Um currículo variado, que respeite a diversidade de etnias, de manifestações regionais e das diversas culturas, cujo conhecimento seja concebido como uma construção social fundada na interação entre teoria e prática, e o processo de ensino aprendizagem como uma relação de ampliação de saberes;
- ? A abordagem de conteúdos, disponibilizando os bens socioculturais acumulados pela humanidade;
- ? Acesso às modernas tecnologias de comunicação existentes para a melhoria da atuação dos educadores;
- ? Articulação com a formação profissional: essa articulação não pode ser vista instrumental, pois exige um modelo educacional voltado para a formação do cidadão e do ser humano em todas as suas dimensões;
- ? O respeito aos conhecimentos construídos pelos jovens e adultos em sua vida cotidiana.

Na história recente da educação brasileira, encontramos um documento que, embora marcado por limites político-ideológicos, abriga enorme potencial de valorização da educação de jovens e adultos. Trata-se do Parecer CNE/CEB 11/2000, que apresenta as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, relatadas por Jamil Cury. Seu texto inseriu essa modalidade de ensino no plano em que precisa ser discutida e apreendida: a do direito. O documento apresenta três funções para a educação de jovens e adultos:

Reparadora: Todos aqueles que não tiveram acesso à escolarização básica, na idade apropriada, foram e são alvo da negação de um direito pela estrutura socioeconômica do país. O Parecer atribui à Educação de Jovens e Adultos a função de restaurar o direito de todos à educação escolar de qualidade, possibilitando a todos, sem discriminação, acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Não se pode confundir a noção de reparação com a de suprimento. A reparação é a oportunidade concreta de jovens e adultos estarem na escola e uma alternativa viável em função das especificidades socioculturais desses segmentos para os quais se espera que a EJA necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio, a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos.

² As turmas de 1ª a 4ª série com um número reduzido de alunos são agrupadas. Geralmente, as escolas trabalham com alunos de 1ª e 2ª série numa turma e alunos de 3ª e 4ª série em outra.

Equalizadora: Todos os que tiveram interrompida sua trajetória educacional devem ser alvo de políticas que objetivem favorecê-los, para garantia do retorno e da permanência em universo escolar que lhes seja próprio, de forma a confirmar competências adquiridas na educação extra-escolar e na própria vida. Assim, deve o Estado assegurar àqueles a quem foi negado o direito à educação todas as condições necessárias para que adquiram ou complementem sua escolaridade. Para tanto, é defendida a idéia de que esses jovens e adultos trabalhadores devem ser alvo de políticas de discriminação positiva, ou seja, os desfavorecidos diante do acesso ou da permanência na escola devem receber proporcionalmente maiores oportunidades que os outros.

Qualificadora ou permanente constitui o próprio sentido da EJA. É ela que permanecerá, quando a efetiva democratização da sociedade tornar desnecessárias as funções reparadora e equalizadora. A função qualificadora coaduna-se com o caráter incompleto do ser humano, e sua tarefa consiste em propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida, assegurando-lhes as necessárias condições para que, em qualquer momento da vida, exerçam seu direito de aprender.

O Parecer CNE/CEB 11/2000 destaca que:

É necessário que a escola assuma a função reparadora de uma realidade injusta, que não deu oportunidade nem direito de escolarização a tantas pessoas. Ela deve também contemplar o aspecto equalizador, possibilitando novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços de estética e na abertura de canais de participação. Mas há ainda outra função a ser desempenhada: a qualificadora, com apelo à formação permanente, voltada para a solidariedade, a igualdade e a diversidade.

O PÚBLICO DO ENSINO FUNDAMENTAL NOTURNO

Há alguns anos, o perfil e as características dos alunos do ensino noturno eram estudados a partir da categoria genérica de adulto trabalhador. Atualmente, o ensino fundamental noturno atende alunos bastante diversos em idade e interesses. Verifica-se que o critério de idade não nos permite mais caracterizar esses alunos, visto que há uma diferença com relação à expectativa de escolarização, bem como às diferenças de inserção na vida social, de vivências diferenciadas do mundo do trabalho, das responsabilidades familiares...A diversidade é mais profunda, envolve

conhecer esses segmentos em sua complexidade, o quanto esses alunos, em situação de exclusão social, possuem características distintas, expressas, por exemplo, nas categorias: geracionais, de gênero, de religiosidade, de etnia, de origem rural/urbana, de portadores de necessidades especiais, hábitos, atitudes, ritmos de socialização e aprendizagem – inclusive em relação à leitura e à escrita.

Alguns são transferidos para o horário noturno por interesses da escola e não por seu próprio interesse. Outros tiveram uma relação inicial com a escola e voltam a estudar após anos. Não podemos esquecer que a sociedade valoriza quem estuda, por isso alguns decidem estudar no noturno porque confere um certo grau de status e de liberdade.

O noturno também recebe um contingente de alunos do diurno: os repetentes, os defasados... Isso tem aumentado significativamente a heterogeneidade. Segundo Arroyo (mimeog):

A idade social confere uma certa identidade comum a todas as faixas e se torna mais marcante do que as diferenças de idade cronológica. Por exemplo, alguns jovens são prematuramente obrigados a serem adultos, a inserir-se na vida adulta, parte deles ora já estão no mundo do trabalho, ora constituem família prematuramente, ora trabalham para ajudar no sustento dos familiares... Outros, porém, estão à margem do trabalho, integram-se às gangues e a diversos grupos, como o Funk, Hip-Hop, avessos a determinadas formas de organização social postos pelo sistema, afirmam-se pela marginalidade, dentro da “contra-ordem”.

Os jovens constituem uma parcela significativa em nossas turmas do ensino noturno, praticamente são a maioria, por isso é de extrema importância discutir a categoria juventude. Os estudos sobre juventude têm contribuído para entender essa categoria do ponto de vista sociológico, mostrando que ela deve ser considerada como uma categoria heterogênea, chegando a utilizar o termo juventudes para melhor descrevê-la. Os autores consideram que a juventude é uma categoria inventada pelos adultos; entretanto, torna-se cada vez mais difícil defini-la, quando muito, podemos elaborar provisórios mapas relacionais.

Carrano (2000, p. 12) defende:

A maneira mais simplista de uma sociedade definir o que é um jovem é estabelecer critérios para o situar numa determinada faixa de idade. Parece mais adequado, entretanto, compreender a juventude como uma complexidade variável, que se distingue por suas maneiras de existir nos diferentes tempos e espaços sociais. Os jovens na sociedade não constituem uma classe social, ou grupo homogêneo como muitos pensam, mas compõem agregados sociais com características continuamente flutuantes.

A heterogeneidade do coletivo de alunos aponta para um desafio: há a necessidade de os docentes e de a própria escola construírem uma educação mais ampla e flexível, que permita a integração de valores, idéias, tradições, costumes e aspirações, que assuma a diversidade e a pluralidade existentes nas turmas do noturno.

O ENSINO NOTURNO E O MUNDO DO TRABALHO

Pode-se afirmar que atualmente o capitalismo vive uma etapa denominada padrão de acumulação flexível, o Estado de bem-estar social adota o pensamento econômico denominado neoliberalismo, onde o mercado deveria ser livre, competitivo. Nesse modelo, a competitividade internacional da indústria brasileira passa a modelar as propostas para a reestruturação do Estado, da educação e da formação profissional.

Para a burguesia industrial, o sistema educacional brasileiro representa um “ponto de estrangulamento” na busca pela competitividade. O maior problema para a formação de recursos humanos – capaz de alavancar a produtividade e a competitividade da indústria brasileira – encontra-se no fato de o sistema de ensino estar afastado das verdadeiras necessidades geradas nas atividades econômicas. A burguesia industrial aponta problemas em todos os níveis de ensino, inclusive com a constatação da persistência dos altos índices de analfabetismo e a crítica à não-universalização do ensino fundamental.

Para a educação básica, entendem que é necessário um sistema educacional que forme um homem auto-realizado, com instrução tão completa e geral que o torne capaz de se recambiar nas diversas tarefas e qualificações que a nova empresa exigirá. Em relação à formação profissional, a competitividade é tomada como seu paradigma pedagógico, exigindo um conceito de educação

e formação profissional que deve preocupar-se com a formação da cidadania e da produtividade, necessárias para todo o esforço de construção de uma sociedade democrática e competitiva.

Analisando o problema Rodrigues (2002, p. 114) esclarece:

É proposta a valorização da educação, mas uma valorização interessada. A educação está sendo agora conclamada a atender às novas demandas do padrão de acumulação flexível, sendo usada como álibi para os rejeitos do modo de produção capitalista. Em outras palavras, a educação que convém à burguesia é aquela determinada pela busca de uma economia competitiva.

Quanto mais se acentua a crise econômica e social, mais a educação dada aos jovens e adultos assume relevância política. A dramaticidade da vida dos sujeitos incita a luta pelos direitos. O discurso que existe hoje é que o empregado não existe mais, que a saída é o trabalho autônomo; no mercado só sobrevivem aqueles que são empreendedores. O termo que se usa é “autonomia”. Portanto paira esta ameaça: “tudo depende de você”. E, na disputa do mercado profissional, o autônomo estará disputando com outro autônomo; sobreviverá “o melhor”, o mais “competente”, o mais “qualificado”.

O fato é que a educação tem sido usada ideologicamente como um artifício para justificar a existência de desigualdades sociais. Trata-se de um problema matemático: têm-se X números de empregos e Y números de pessoas que precisam ocupar as vagas existentes. Que pessoas conseguirão esses empregos? Se a seleção for justa, se a disputa for leal, os mais qualificados, de fato, estarão empregados. Matematicamente, porém, esse pessoal que ficou de fora, por mais que tenha estudado, sempre estará correndo à margem da competição pelo emprego, pois sempre haverá alguém que se destaque mais no grupo. Portanto, a qualificação é necessária, mas resolve apenas um problema individual, e não o de todos.

Para Bock (2000, p. 16):

Uma das saídas para tentar começar a resolver esse dilema é conscientizar, de modo a conseguir romper o casulo do individualismo, que leva à percepção de que o problema é algo meramente pessoal. É um problema pessoal de fato, no entanto está inserido num contexto, é uma questão social, econômica e política.

O trabalho seja pela experiência, seja pela necessidade imediata de inserção profissional, merece especial destaque no ensino noturno. Porém os alunos acham importante na escola, além do preparo para o trabalho: “aprender a ler e a escrever”, “cursos de informática”, “tudo, todas as matérias”, “Inglês”, “Matemática”³... Isso demonstra que buscam a alfabetização que querem e complementar o ensino fundamental para melhoria das condições de existência e não só inserção profissional. Pensar o ensino noturno referindo-se apenas à dimensão do mercado de trabalho é reduzi-lo a uma função meramente pragmático-tecnicista, transformando o aluno em um mero técnico.

Em lugar de reduzir o processo educativo à mera preparação para o mercado de trabalho, pode-se avançar em direção a uma concepção mais ampla, que aponte para a formação do sujeito, considerando sua emergência e o seu fortalecimento. A ênfase deve ser dada no enriquecimento do indivíduo, constituído como sujeito de suas experiências, pensamentos, desejos e afetos. Ele é visto não mais como passivo no processo histórico, mas capaz de converter-se em agente consciente de interpretação, criação e transformação.

É preciso afastar-se de propostas simplificadoras, reducionistas, aligeiradas, uma vez que essa perspectiva, aparentemente democrática e solidária é, na realidade, crivada de preconceitos e não concorre para a construção da verdadeira democracia. Deve-se respeitar a história, os desejos e sonhos dos sujeitos, considerando as questões de gênero e geração, a diversidade sociocultural e regional das organizações envolvidas.

Florestan Fernandes (in Rummert, 2002, p. 129) esclarece:

Há muitos que pensam na educação para a classe trabalhadora como uma educação exclusiva. É trabalhador? Então vai ser operário, ele precisa de uma educação técnica, precisa ser instruído, não educado; ele precisa ser adestrado, não polido, intelectualizado!... Por que os que são proprietários dos meios de produção têm capacidade de comandar, a arrogância de mandar, etc? Porque aprendem nas escolas uma educação de classe e adquirem uma cultura geral que é uma cultura formativa. Temos de dar ao trabalhador essa mesma educação. O trabalhador precisa conhecer o mundo, explicar o mundo e, para isso, não basta lhe dar adestramento.

³ Durante o processo de elaboração das Diretrizes sentiu-se a necessidade de elaborar um questionário de entrevistas que foi aplicado a alunos de 5ª e 7ª séries do ensino noturno, num total de 736 respondentes questionários aplicados no período de agosto/2004. Essas foram algumas respostas à pergunta: o que acham mais importante aprender na escola.

RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM

Paulo freire (1998) explicita que é na atuação no mundo que nos fazemos, é na inserção no mundo e não na adaptação a ele que nos tornamos seres históricos e éticos, capazes de optar, de decidir, de romper. Partindo dessa concepção, aponta que todo o processo ensino-aprendizagem precisa estar relacionado à conscientização e à participação, visto que alunos e professores fazem parte de um processo dialógico, e que o acesso à educação escolar deve permitir a reflexão e a ação do indivíduo sobre o mundo para atuar e transformar a realidade.

Acreditando-se na concepção de que ensinar não é transferir conhecimento e na crítica aos processos pedagógicos que deixam o professor na posição de transmissor desse conhecimento, a chamada educação bancária, propõe-se uma mudança da relação professor-aluno, onde o educador adote uma relação horizontal, de igualdade, favorecendo o diálogo entre sua visão de mundo e a do aluno, problematizando a realidade e se problematizando, considerando que, nessa troca, pautado no princípio do diálogo, é que se efetiva o conhecimento, caracterizando o processo educativo como a reflexão sobre os conhecimentos que circulam e que estão em constante transformação, onde tantos os professores quanto seus alunos estejam permanentemente em processos de aprendizagem.

Quanto a isso Arroyo (mimeogr.) adverte:

É necessário rever os saberes escolares apropriados à vida adulta, as habilidades de leitura, escrita, comunicação, cálculo, os saberes científicos sobre a natureza e a sociedade, mas não tratados de maneira infantilizada. Constantemente tem que ser perguntado que saberes sociais são apropriados, como articulá-los com as experiências dos alunos e como incorporar nos processos de aprendizagem as vivências sócio culturais, cognitivas, comunicativas desses jovens e adultos. O que implica o desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizem suas experiências e seus conhecimentos prévios e considerem o vínculo entre educação, trabalho, práticas sociais e culturais.

Os alunos, apesar de todas as dificuldades cotidianas, ainda vêm a escola com o olhar da esperança. Esperança de “conseguir um emprego melhor”; de “aprender a ler e a escrever”; de “respeito com os outros”, de “concluir o ensino fundamental...”.⁴ Essas considerações nos mostram a importância de se considerarem as peculiaridades desses momentos de vida, nos

⁴ Respostas de alunos do ensino fundamental noturno, à pergunta sobre a maior contribuição que a escola pode lhes trazer.

perguntando o de que esses alunos necessitam, e que dimensões humanas, potencialidades e valores devem ser privilegiados nessa fase da vida.

A falta de auto-estima, a evasão e a falta de acolhimento pela própria escola são hoje grandes problemas do ensino noturno. Muitas vezes o conceito de ensino-aprendizagem é mal interpretado, sendo sinônimo de maternagem ou paternagem, de pegar no colo. Na educação dada a alunos jovens e adultos, o trabalho do educador requer compromisso político com a educação, manifestado em várias medidas concretas, como a valorização dos conhecimentos e da forma de expressão de cada um como seu processo de socialização, levando em conta as dúvidas, inquietações, realidades socioculturais, jornada de trabalho e condições emocionais decorrentes da exclusão social. Assim, devem-se garantir condições para que prevaleça uma atitude positiva diante dos estudos.

FORMAÇÃO DO EDUCADOR

O Parecer CNE/CEB 11/2000 enfatiza a necessidade de uma formação específica, que contemple, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial dessa modalidade de ensino. Inúmeras experiências apontam para a necessidade de pensar a especificidade desses alunos e de superar a prática de trabalhar com eles da mesma forma que se trabalha com crianças e adolescentes.

As ciências reconhecem hoje que na idade jovem e adulta são constituídos e exigidos saberes, habilidades, socializações, informações, conhecimentos, valores, interações que são próprios dessas idades, independentemente dos anos de escolarização tidos na infância, saberes que são construídos no conjunto de relações e experiências sociais e que são exigidos para lidar com o trabalho, a cidadania, a cultura. Essa perspectiva evidencia a importância de que a educação oferecida aos alunos jovens e adultos seja dotada de estatuto teórico-metodológico próprio. Ressalta-se, então, o compromisso do educador com essa prática.

Segundo Soares (2001, p. 221):

Para que o ensino fundamental noturno se concretize de forma satisfatória é preciso pensar o professor como um profissional em formação. A valorização desse educador se dá considerando a relevância da sua função perante uma sociedade que necessita pensar e propor alternativas de vida e trabalho para uma parcela expressiva da população que se encontra, de um lado, excluída e, de outro, ávida por se incluir em processos significativos de formação.

Isso exige do professor um olhar cuidadoso sobre as questões que norteiam a relação entre professor-aluno-conhecimento e que podem interferir no sucesso escolar dos alunos. Para tal, faz-se urgente investir na docência, o que requer tempo para a formação desse profissional. Além da formação nos cursos de licenciatura, os vários espaços de formação continuada também são importantíssimos, para que os educadores possam, junto com outros, sob o princípio “reflexão sobre a ação”, tematizar sua prática, construir conhecimentos sobre seu fazer, aperfeiçoando-se constantemente.

O educador do ensino fundamental noturno deve estar disposto a encarar as dificuldades como desafios estimulantes, solidarizando-se com o aluno, traçando boas estratégias para facilitar-lhe a aprendizagem. Esse educador deve também refletir sempre sobre sua prática, buscando meios de se aprimorar. Entretanto esse papel não deve limitar-se apenas ao professor. É preciso que os administradores e políticos envolvidos na educação estejam mais comprometidos com a promoção desses objetivos. O professor sozinho pode fazer muito pouco, assim como administradores do sistema escolar não podem prescindir dos professores. Estatísticas apenas não modificarão a situação do país. Precisamos de uma educação que promova o desenvolvimento real da sociedade em que vivemos (Depoimento de professores do Ensino Fundamental Noturno).

PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NOTURNO

O processo de elaboração do documento das diretrizes curriculares do ensino fundamental noturno constituiu-se um desafio, visto que não havia no Sistema Municipal de Educação de Vitória uma diretriz anterior referente ao ensino noturno. Por isso, sentiu-se a necessidade de se desenvolver um questionário onde pudessem ser coletadas as percepções e expectativas futuras

dos professores sobre o trabalho que realizam com o ensino fundamental noturno⁵, para que essas percepções pudessem servir de base na elaboração final deste documento.

Quando inquiridos sobre o que esperam do ensino noturno, alguns responderam:

- ✍ Que seja um espaço organizado para possibilitar um aprendizado coerente com as características e interesses dos jovens e adultos;
- ✍ Que possibilite o acesso ao conhecimento e ao saber, não apenas a um certificado de conclusão do ensino fundamental;
- ✍ Que seja de forma dinâmica, pois a procura de trabalhadores pela aprendizagem é muito grande, é necessário que a equipe de profissionais e os jovens e adultos sejam valorizados e que a administração municipal mantenha garantida uma política de respeito, para que seja oferecida uma educação de qualidade;
- ✍ Resgatar a cidadania, a auto-estima, oferecendo conhecimento teórico das práticas vivenciadas, desenvolvendo assim o trabalho intelectual;
- ✍ Que ele seja sempre encarado com respeito e profissionalismo, respeitando sua grande carga de especificidades. Esperamos um projeto de educação direcionado para atender as especificidades da clientela do noturno(EJA). Portanto, espera-se que o EFN, dentro de um contexto globalizado e competitivo, consiga avançar e suprimir suas deficiências e preparar para o mercado de trabalho os alunos para que exerçam seus direitos como cidadãos, conhecendo suas responsabilidades para um mundo mais solidário e justo.

Além do que é trabalhado hoje na escola, consideram que é importante oferecer aos alunos:

- ✍ Projetos de resgate da auto-estima;
- ✍ Ensino profissionalizante em horários alternativos com certificação, em convênios com profissionais capacitados;
- ✍ Convênios com empresas, para possibilitar o encaminhamento a estágios;
- ✍ Projetos culturais que propiciem atividades extraclasse, tais como: visitas a reservas ecológicas, teatro, cinema, circo, apresentações de orquestras e grupos de dança, museus, etc;

⁵ As questões foram elaboradas junto aos coordenadores de cada área de conhecimento e a elas respondeu a maioria dos professores durante as reuniões dos grupos de formação continuada. Vale ressaltar que as respostas foram agrupadas.

- ✍ Mais adequação dos conteúdos à realidade dos alunos;
- ✍ Mais adequação do conteúdo à realidade do aluno, contextualização dos assuntos a serem ensinados, objetivos mais claros dos conteúdos e aulas mais práticas que ajudarão um aprendizado efetivo para sua vivência como cidadão e profissional.

Quanto à relação ensino-aprendizagem, eles a definem como:

- ✍ Autonomia, participação do aluno na construção do conhecimento;
- ✍ Alunos e professores interagindo, buscando o crescimento para alcançar objetivos propostos;
- ✍ Atendimento à diversidade;
- ✍ Dinamismo e empatia , necessidade de moldar o conhecimento existente; principalmente no ensino noturno, o professor jamais pode ignorar os conhecimentos do aluno;
- ✍ Ocorrência em mão-dupla, isto é, o professor não fará milagres se não houver a contrapartida do desejo da disposição e da disponibilidade do aluno para aprender. Ela deve englobar conhecimento de mundo, transferência do que o aluno já sabe, suas experiências de vida, com a chance de participar da elaboração do conhecimento, com o uso de sua própria história como fonte de aprendizagem.

Acreditam que essa relação não acontecerá satisfatoriamente se:

- ✍ Não houver um ambiente propício, isto é, salas de aulas arejadas, bem iluminadas e com menos de trinta alunos; e
- ✍ os alunos estiverem alimentados e motivados, com capacidade e disposição para conhecer o novo.

Além do espaço da Formação Profissional Continuada, as outras opções de crescimento voltado para o público de jovens e adultos que consideram necessárias são:

- ✍ Congressos, cursos on-line ou presenciais, voltados para a área de educação de jovens e adultos, alfabetização e educação especial;
- ✍ Acesso a eventos culturais, tais como projetos de teatro, cinema para jovens e adultos...;
- ✍ Cursos que possam atender aos alunos do noturno em termos de formação para o mercado de trabalho;
- ✍ Informática voltada para a educação de jovens e adultos;

✍ Grupos de estudo na escola.

Como dificuldades no trabalho com o ensino noturno, foram mencionados:

- ✍ Falta de material didático específico para jovens e adultos;
- ✍ Baixa frequência e falta de regularidade na frequência, em razão de trabalhos temporários e outros;
- ✍ Presença de filhos pequenos junto às mães alunas;
- ✍ Falta de sonhos, baixa auto-estima;
- ✍ Trabalho com adolescentes e adultos na mesma sala;
- ✍ Evasão;
- ✍ Semi-alfabetização de alunos nas séries finais do ensino fundamental.

Como possibilidades para o ensino noturno sinalizam:

- ✍ Flexibilidade de horário;
- ✍ Creche para mães estudantes;
- ✍ Valorização profissional;
- ✍ Projetos adequados ao noturno e não copiados do diurno;
- ✍ Projeto coletivo.

Além do questionário, foi coletado o depoimento dos professores/coordenadores de cada área do conhecimento, a fim de se verificarem percepções sobre o processo coletivo de discussão e elaboração das diretrizes curriculares do ensino fundamental noturno.

Professor/coordenador do grupo de matemática:

Os trabalhos do grupo de formação continuada dos professores de Matemática do ensino noturno giraram em torno do currículo de Matemática específico para o turno noturno.

Os primeiros encontros foram utilizados para as discussões sobre os sujeitos que compõem essa modalidade de ensino, chegando-se à conclusão de que eles possuem características que os distinguem dos sujeitos dos outros turnos, não cabendo ali um tratamento igual. Um ponto levantado para o debate foi a diferença encontrada na faixa etária, que vai do adolescente à

terceira idade. Isso dificulta as abordagens, devido às várias necessidades individuais encontradas em um mesmo espaço de trabalho.

Após a compreensão geral de que os alunos dessa modalidade de ensino possuem um outro tipo de vivência, cresceu a necessidade de se discutirem as abordagens convenientes para que o ensino de Matemática chegasse ao aluno contextualizado, indo ao encontro de suas necessidades.

A discussão sobre o conteúdo programático aconteceu de forma paralela, analisando-se não o conteúdo de forma isolada e sim seu emprego, com base nas diferentes realidades observadas nas salas de aula, considerando-se o aluno parte importante da construção do seu próprio conhecimento, respeitando-se a carga de conhecimento matemático e de vida que ele leva para a sala de aula.

Os encontros do grupo de formação continuada são parte importante da rede individual de crescimento didático dos sujeitos que deles participam. Esse espaço de discussão leva todos a repensar sua prática pedagógica e ainda constrói um verdadeiro grupo de trabalho que vivencia os trabalhos realizados pelos colegas, levando o planejamento das aulas para além dos muros da escola.

OBJETIVOS GERAIS

Ao se considerarem os objetivos gerais propostos para o ensino fundamental noturno, levou-se em conta o tipo de cidadão que queremos formar quanto: à aquisição de conhecimentos e habilidades; às capacidades a serem desenvolvidas; às atitudes e convicções.

- ? Desenvolver o conhecimento de si mesmo, sua capacidade afetiva, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

- ? Atuar de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas.
- ? Compreender sua participação como cidadão planetário, valorizando e cuidando do nosso ambiente corporal e de todos os ecossistemas que nos cercam.
- ? Valorizar a pluralidade sociocultural brasileira, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, sendo contrário a qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou em outras características individuais e sociais.
- ? Ter possibilitado o acesso a informações e conhecimentos que permitam o desenvolvimento pleno de capacidades e tomadas de decisões, apropriando-se de elementos que propiciem a inserção no mundo do trabalho, o acesso às novas tecnologias, ao conhecimento científico, a outros graus ou modalidades de ensino básico e profissionalizante, assim como a outras oportunidades de desenvolvimento cultural.
- ? Reconhecer a língua materna e as línguas estrangeiras como fontes que promovem interações sociais.
- ? Utilizar as diferentes linguagens – verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio de produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir as produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação.
- ? Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal.
- ? Valorizar os conhecimentos científicos e históricos, assim como a produção literária e artística como patrimônio cultural da humanidade;

EIXOS

Ao propor eixos a serem trabalhados no ensino fundamental noturno, temos que pensar em quais saberes, valores e conhecimentos da cultura atual merecem ser trabalhados com alunos jovens e adultos ou em quais são as suas necessidades de aprendizagem.

Optou-se por adotar algumas categorias propostas por Schmelkes (1996) para serem trabalhadas na Educação de Jovens e Adultos, que são: informação, conhecimento, habilidades e valores. Para ela as fronteiras entre essas categorias são muito sutis.

Informação – Aspecto essencial na aprendizagem, consiste no primeiro momento de confrontação do que o educando traz como experiência de sua vida e informações que possuem; é o saber sobre, dar notícias, ouvir dizer, localizar-se, etc...Algo que se dialoga com interferência da realidade.

Esse momento possibilita socializar a informação do educando sobre um tema em particular:

- a)Direitos: qualquer tema em particular trata de direito.
- b)Serviços a que tem acesso: serviços básicos, representações de governo, organismos não governamentais que trabalham na comunidade, etc.
- c)Localização geográfico-política da comunidade: localizar-se dentro do município, do estado, do país, conhecer e os representantes desta comunidade e suas obrigações.
- d)Toda e qualquer legislação que o afeta.
- e)Direitos vinculados à vida: informações sobre o corpo humano, sobre sintomas, sobre enfermidades, sobre os recursos naturais da região, sobre como os produtos são produzidos e distribuídos, etc.

Para Soares (2001, p. 217): *Trocar as informações que se têm é uma dimensão da educação que, além de valorizar o que os sujeitos sabem, ainda democratiza esse saber.*

Conhecimento - diz respeito à apropriação, ao processamento e à aplicação da informação. Conhecimento é a apropriação do momento histórico e emerge da própria prática social e educativa. A educação deve ser vista como um ato de conhecimento que desafie o educando a aventurar-se no exercício de não só falar da mudança do mundo, mas também de comprometer-se realmente com ela. “Constato para mudar e não para me acomodar”-isso significa priorizar as questões do cotidiano e ir além, transcender. (FREIRE, In: SOARES, 2001, p. 217).

É atuar compreendendo as causas e podendo prever as conseqüências. Consiste em partir da reflexão, ir à ação e voltar à reflexão de maneira dialogada e participativa, compartilhando, socializando diversas formas de resolução. Como exemplo, pode ser citada a aquisição dos deveres e direitos de cidadania, a proteção ambiental, entre outros (SOARES, 2001, p. 218).

Habilidade - saber fazer, confronto do conhecimento com a prática. Soares (2001, p. 218) pontua algumas distinções entre treinar e formar, depositar e desafiar a pensar. Para ele, o jovem e o adulto já possuem um conjunto de habilidades. A função da educação é a de potencializar essas habilidades, tornando os educandos mais capazes para enfrentar seu cotidiano.

Alguns exemplos de habilidades:

- a) Ler, escrever e calcular para o entendimento da realidade em que se está atuando;
- b) Desenvolver a criticidade, a capacidade de análise e de síntese;
- c) Praticar o diálogo, a participação e o trabalho em equipes;
- d) Viver em organização, questionar, exigir;
- e) Negociar e buscar informações, procurar saber onde encontrá-las e a quem ou a que órgão perguntar;
- f) Consultar fontes importantes, como tabelas, gráficos, revistas, retirando informações, utilizando-se das novas tecnologias, como por exemplo, a Internet.

Valores – os valores só se reafirmam quando são vividos, e, para isso, é imprescindível criar ambientes favoráveis ao intercâmbio educativo. São divididos em cinco blocos:

- a) Valores pessoais: o respeito, a auto-estima, o afeto, a criatividade e a pertença a um grupo ou família. São valores imprescindíveis quando trabalhamos com jovens e adultos marginalizados pela sociedade.
- b) Coletividade ou fortalecimento cultural: são as iniciativas em prol da auto-estima coletiva.
- c) Saúde ambiental ou valores em torno do natural.
- d) Relação com os demais, com o outro. Isso implica responsabilidade, solidariedade, estilo democrático e resolução de conflitos.
- e) Construção de projetos de vidas e projetos futuros: formação de indivíduos que olhem para o futuro, de modo que não se apoiem somente na memória, mas na vontade para atuar sobre suas próprias circunstâncias.

Para Paulo Freire (2001, p.17): *A educação deve ter uma pitada de “sonho”. Sonho de fazer a história que cada um idealizou para o futuro: uma história de possibilidades, mais democrática e pluralista, onde não há autoritarismo e sim humanismo.*

Ao considerar tais eixos, temos de pensar que:

A realidade é um dado a ser considerado, e ela não é estática, pelo contrário, é altamente dinâmica, mostrando-nos que a história não acabou. Temos que olhar para o futuro e perceber que o amanhã é uma possibilidade que precisamos trabalhar e por que, sobretudo, temos de lutar para construir. (FREIRE, In SOARES, 2001, p. 217).

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. **Dimensões formadoras da vida adulta**. Mimeog.
- BOCK, Silvio D. A inserção do Jovem no mercado de trabalho. In: ABRAMO, Maria Virginia de Freitas, SPÓSITO, Marília P. (Orgs). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.p
- CARRANO, Paulo César Rodrigues. Identidades Juvenis e escola. In: ABRAMO, Maria Virginia de Freitas, SPÓSITO, Marília P. (Orgs). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FREIRE, Paulo. Educação de adultos: algumas reflexões. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 4ª ed. São Paulo: Cortez Instituto Paulo Freire, 2001.
- RODRIGUÊS, José. A educação e os empresários: o horizonte pedagógico do capital. In: FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria (Orgs). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- PARECER CEB 11/2000. www.mec.gov.br/cne/default.shtm. Acesso em: 10-08-2003.
- RUMMERT, Sonia Maria. Jovens e adultos trabalhadores e a escola. A riqueza de uma relação a construir. In: FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria (Orgs). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SOARES, Leôncio José Gomes. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. In: RIBERIO, Vera Masagão (Org). **Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas: Mercado das letras; São Paulo: Ação Educativa, 2001.
- SCHEMELKES, Silvia. Las necesidades básicas de aprendizaje de los jóvenes y adultos en América Latina. In: OSORIO VARGAS, Jorge; RIVERO HERRERA, José (Orgs). **Construyendo la modernidad educativa en América Latina: nuevos desarrollos curriculares en la educación de personas jóvenes y adultas**. Lima: Orealc/Unesco/Ceal/Tarea, 1996.

REFERÊNCIAS PARA APROFUNDAMENTO E ESTUDOS

- ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virginia de; SPÓSIO, Marília P. (Org). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.
- _____. **Educação e mudanças**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- _____. **Conscientização**. São Paulo. Cortez e Moraes, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria (Orgs). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GADOTTI, Moacir e Romão, José E. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 1995. (Instituto Paulo Freire)

GENTILI, Pablo; McCOWAN, Tristan. (Orgs). **Reinventar a escola pública: políticas educacionais para um novo Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2003

MOVIMENTO: Revista da Faculdade de Educação da universidade Federal Fluminense. **Juventude, Educação e Sociedade**. Rio de Janeiro, DP&A: n.1, maio de 2000.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. Coleção: O sentido da Escola.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. IN: ANPED. **Revista Brasileira de Educação**. N° 12. São Paulo, Set, Out, Nov e Dez, 1999.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. **Educação escolar de jovens e adultos: das competências sociais dos conteúdos aos desafios da cidadania**. Campinas, 2002.

PIRES, Marlene Cararo; Oliveira, Edna Castro de. **Paulo Freire: a práxis político-pedagógica do educador**. Vitória: Edufes, 2000.

RIBEIRO, Vera Masagão (Org). **Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas, Mercado das Letras/Ação Educativa, 2001 (Coleção leituras no Brasil).

RIBEIRO, Vera Masagão (Org). **Educação de Jovens e Adultos: Proposta Curricular para o 1º segmento do Ensino Fundamental**. São Paulo/Brasília: Ação Educativa/Ministério da Educação e do Desporto, 1997.

RIBEIRO, Vera Masagão (Org). **Educação de Jovens e Adultos: Proposta Curricular para o 1º segmento do Ensino Fundamental**. São Paulo/Brasília: Ação Educativa/Ministério da Educação e do Desporto, 2002.

SOARES, Leôncio (Org). **Aprendendo com as diferenças: estudos e pesquisas em Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003